

Da história política dos “grandes homens” a prosopografia das elites políticas: Considerações historiográficas e metodológicas.

CÁSSIO A. A. ALBERNAZ*

Falar de elites políticas, até bem recentemente, era falar de um tema, no mínimo, controverso para historiografia brasileira. Sobretudo, após um período de “relativo ostracismo” dos estudos de elites políticas oriundo de uma determinada recepção, mais ou menos consciente, das críticas que se reverberaram a partir dos *Annales* até a Nova História, transformando “uma certa história política” e, principalmente, “uma certa história das elites políticas” num verdadeiro contra-modelo historiográfico.¹

Diz-se “relativo ostracismo” porque abundam estudos de história política e das elites políticas na historiografia recente, como tem sido mostrado em diversos balanços da produção historiográfica brasileira.² É possível inferir que muitos procuram não se inscrever como tal, seja pela adesão a certas tendências historiográficas que “demonizaram” a história política e os estudos de elites, ou pelo receio de inscrever uma pesquisa fora do cânone momentâneo. Entretanto, também não se pode perder de vista, a dificuldade de operacionalidade do conceito *elites políticas* inserida na problemática

* Doutorando em História pela PUCRS com Doutorado sanduíche na Université Paris I/ Panthéon Sorbonne. Pesquisador convidado do CRALMI (Centre de Recherches de l'Amérique Latine et du Monde Iberique) e do MASCIPO (Mondes Américains, Sociétés, Circulations, Pouvoirs). Bolsista da CAPES.

¹ Principalmente, numa visão normativa da história, os estudos de elites políticas são vistos como essencialmente elitistas e, nesse sentido, conservadores do *status quo* ao reificar as minorias do poder. Como reação ao “elitismo” na historiografia, essa visão normativa apresenta uma concepção diametralmente oposta, através de um corte classista, pela via marxista, ou através de um corte culturalista, onde temos a profusão de histórias “vista de baixo”, e de seus desdobramentos, tais como: a história dos trabalhadores, a história dos operários, e etc. Não parece que estas concepções sejam excludentes *a priori*, logo que é possível fazer estudos de elites trabalhistas, operárias, sindicais, e etc. Também não parece que haja uma superioridade de determinada agenda de pesquisa sobre a história das elites políticas, logo que nem uma ou outra concepção explica mais sobre esse fenômeno social e histórico, logo que ambas dão conta no máximo de frações da realidade.

² Dentre eles, cabe citar alguns: D’ALESSIO, Márcia M. ; JANOTTI, Maria de Lourdes. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). *Estudos Históricos*, número 17, 1996. ; FICO, Carlos ; POLITO, Ronaldo. *A história no Brasil. 1980-1989. Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992. ; CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. *Estudos Históricos*, número 17, 1996.; GOMES, Ângela Maria de Castro. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, número 17, 1996. ; GOUVEIA, Maria de Fátima. A História Política no campo da História Cultural. *Revista de História Regional*, Vol. 3, Número 1, 1998.; LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol. 2, número 4, setembro de 1982.

mais geral da análise histórica das categorias sociais, objeto de longa disputa e de muitas contestações.

Cabe ressaltar, um movimento recente, para o caso brasileiro, já mais adiantado para o caso francês, de revigoração dos estudos de elites políticas.³ O uso da noção de elites políticas, ilustra também a circulação de um conceito que vai da sociologia à história. Sua operacionalidade, hoje, implica por outra parte uma renovação profunda nos seus métodos de aplicação à história. Quais critérios para quais elites? A questão de definições constitui assim uma preocupação preliminar a toda a utilização da noção como objeto operatório.

A partir do exposto, este texto tem como objetivo delinear os vínculos entre história política e prosopografia buscando seus reflexos para os estudos de elites políticas na história. Para tanto, analisa-se os contornos da renovação da história política, na sua matriz francesa, e sua relação com a operacionalidade do conceito *elites políticas* como uma possibilidade para a interpretação do passado histórico. Tal empresa, carrega consigo abordagens e métodos também renovados, dentre eles, um “retorno” da prosopografia.

Obviamente, não se tem a pretensão de esgotar a discussão e nem chegar a conclusões peremptórias, antes disto, pretende-se sugerir algumas reflexões buscando iluminar alguns parentescos e complementaridades elucidando algumas características da pesquisa, interrogações comuns e problemáticas compartilhadas, sobretudo entre história política e prosopografia.

Breves considerações historiográficas acerca da história política e de sua renovação

Indubitavelmente, a história política está nas origens da profissão de historiador.⁴ Entretanto, tratar do fenômeno político como objeto do saber científico é

³ Essa revigoração seria fruto dos desdobramentos da recepção da obra de alguns autores, dentre eles, uma assimilação do trabalho de Raymond Aron, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Peter Burke, Pierre Birnbaum, e mais recentemente, Christophe Charle, Daniel Gaxie, William Genieys, entre outros. Para o caso brasileiro, as principais referências são: CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras. A política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.; FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.; HEINZ, Flávio (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

⁴ Alguns autores remontam essa tradição da história política desde Heródoto, passando pelos Romanos, e

uma tarefa por si espinhosa. Sobretudo, porque se não há o monopólio do político, como bem assinalou Schwartzman (1977), diferentes campos reivindicam o objeto em questão aflorando antagonismos, distorções, elasticidade teórica e conceitual, ou ainda, a duplicidade e sobreposição das agendas de pesquisa pela superficialidade do diálogo e pela defesa de territórios e fronteiras.⁵

De uma forma ampla, é possível afirmar que o sentido moderno do termo história se confunde como um saber ligado ao Estado e a construção das nações européias. Essa história era, principalmente, política. Nessa fase incipiente, sobretudo na tradição historiográfica francesa, em fins do séc. XIX, a *Escola Metódica* atribuiu um lugar considerável a história política e diplomática, influenciados pelos estudos de Langlois e de Seignobos.⁶ Essa supremacia do político está intimamente ligada à idéia de que a história deveria interpretar “fielmente” os fatos através do “método crítico”, onde a “*história é apenas a de documentos*” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1987:275), restando apenas estabelecer relações entre os fatos assim verificados, de forma cronológica e impessoal. Assim, o acesso direto as fontes oriundas do Estado visavam uma objetividade absoluta, emanada pelos documentos, refutando qualquer especulação, logo consagrando a história política como ramo mais importante, porque o “mais científico” do saber histórico. (DÉLOYE, 1997:08).

A partir dos reflexos da recepção da sociologia Durkheimiana, e de uma nova concepção de cientificidade por ela propagada, François Simiand, em 1903, lança seu manifesto de crítica “aos ídolos da tribo dos historiadores”⁷ que impediam o seu diálogo com a sociologia, e portanto, o desenvolvimento de uma história-ciência. Mais pontualmente, ao “ídolo político” e a preocupação constante com os fatos políticos que reforçavam a idéia de contingência dos acontecimentos. Como contraponto, Simiand reduzia a história tradicional da política a uma história superficial, demasiadamente empirista, que não conseguia penetrar nas realidades sociais, por não procurar uma

etc. Entretanto, o nosso foco de análise remonta a uma tradição contemporânea da historiografia.

⁵ Dentre os diferentes campos que se ocupam da política como objeto científico estão a História Política, a Ciência Política, a Antropologia Política, a Filosofia Política, a Sociologia Política, e ainda, a Teoria Geral do Estado.

⁶ É em torno na *Revue Historique*, fundada em 1876, por Gabriel Monod e Gustave Fagniez, que esta corrente vai dominar o ensino e a pesquisa histórica, tendo em Langlois e Seignobos seus principais expoentes.

⁷ Mais precisamente, o “ídolo político”, “o ídolo cronológico” e o “ídolo individual”.

consideração objetiva dos fenômenos sociais, e não obter leis e regularidades (BOURDÉ; MARTIN, 1997); (DÉLOYE, 1997).

O manifesto de Simiand ecoou em muitas gerações posteriores de historiadores, encontrando sua base no movimento de Marc Bloch e Lucien Febvre que, a partir de 1929, travaram o que denominaram de “combate” a “história historicizante”⁸ dando continuidade à estigmatização da história política, e por consequência, da história das elites políticas. A aproximação da história com a sociologia fez com o que o político cede-se lugar gradativamente ao social. Como constatou André Burguière, por ocasião do cinquentenário da revista dos *Annales*, em 1979, “há outros domínios que sempre estiveram fora das preocupações da revista: como o do político, durante muito tempo identificado ao factual, à espuma insignificante de uma história profunda”. (BURGUIÈRE, 1979:1345)

No movimento dos *Annales* o desprezo pelo político vem *pari passu* com a busca de uma “história profunda”, ligada a complexidade da temporalidade das estruturas sociais, resultando em estudos que rompem com a temporalidade “evenemencial” em prol da longa duração e das permanências. Como afirmou Pierre Chaunu, a história dos *Annales* é “uma história amplamente não política, e que exerceu fascínio sobre várias gerações de historiadores”. (CHAUNU, 1974:62). Assim, a história política perdeu espaço para uma nova forma de ver a história ligada ao social, deixando de ser o cânone historiográfico passando a ser alvo de desprezo, logo que se identificava com o particular, com o pontual, ignorando uma noção mais totalizante de sociedade, ignorando a longa duração, e portanto, afastada da nova matriz epistemológica.

Esse primeiro movimento, de “combate”, no sentido *annalista*, a história política parece, de uma forma geral, confundir o político – objeto de estudo que possibilita a compreensão de alguns fenômenos sociais – com as noções de acontecimento e de contingência. Para além dessa hipótese, não se pode perder de vista os conflitos pelo espaço acadêmico francês, e a busca dos *Annales* pela deslegitimação de seus predecessores. Aproximar a história da sociologia durkheimiana era a palavra de ordem. Portanto, o ataque a história política é menos ao objeto político do que a uma determinada noção de história-ciência, da Escola Metódica e dos Positivistas. É a

⁸ Expressão cunhada por Lucien Febvre em seu livro “*Combats pour l’histoire*”, originalmente de 1947.

denúncia da proposta de uma mudança epistemológica que fez tábula rasa e “demonizou” um determinado tipo de abordagem sobre o político.

É somente em fins dos anos 1970, que começa uma nova onda de interesse pela política, oriunda de uma conjuntura comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa (DÉLOYE, Op. Cit.:15). Esse contexto foi favorável as reflexões sobre uma “nova história política” que preconizava algumas mudanças nas práticas dos historiadores favorecendo uma reestruturação do saber histórico que se pretendia mais favorável à compreensão do fenômeno político. Amplamente ancorados nas ciências sociais, mantendo e ampliando a proposta original dos *Annales*, tinham como enfoque o político no sentido de *cultura* e de *poder*. A legitimação desse interesse pelo político, se dá por uma relevante metamorfose, já que agora não são mais os fatos políticos que interessam, mas as mentalidades, os signos, os símbolos políticos de poder, enfim, as estruturas do poder (LE GOFF, 1985).

Num outro movimento de “retorno do objeto político”, o livro-manifesto de René Rémond, *Por uma história política*, de 1988, defende a idéia de que o interesse renovado pela Nova História Política também traz á tona um novo interesse pela história política tradicional. Sobretudo, levando em consideração que o seu postulado mais importante é o da prevalência e da autonomia do político. Há, assim, um “retorno” da noção de explicação tradicional do “*político primeiro pelo político*” (DÉLOYE, Ibid.:19). Esse “retorno do político” dá mais atenção à contingência e aos indivíduos na história. Assim, recusa as generalizações sociológicas, que são vistas como redutoras da historicidade do político e que ocultam as especificidades e as autonomias relativas do espaço político.

Apesar de Rémond salientar que, “*há no político mais do que o político*” e de se recusar a “*se contentar com a exclusiva contemplação de seu próprio objeto*” (RÉMOND, 1998:21), nesse contato com as ciências sociais, a história permanece mais comedida e atenta ao acontecimento, as contingências, e ao contexto histórico. Nesse sentido, as críticas mais contundentes ao trabalho de Rémond são direcionadas ao estilhaçar do objeto político, que perderia de vista as complexas inter-relações entres as diferenças esferas do político. Crítica que não parece ser totalmente imputável ao trabalho de Rémond, logo que ele salienta que “*político não constitui um setor separado do saber: é uma modalidade da prática social*”. (RÉMOND, Op. Cit.: 26) Entretanto,

como salienta Déloye, “a história política preconizada por Rémond é acusada de isolar o político do social ao estudar separadamente os ‘grandes componentes estruturantes da vida política’ (os partidos, os sindicatos, as mídias, as eleições, etc)”. (Ibid.:22) Nesse sentido, Rémond teria caído nas armadilhas que ele próprio alertava para precaver-se, qual seja, a compartimentalização do objeto político em diferentes estruturas da vida social.

O que está em disputa entre a perspectiva da “nova história política”, no sentido de Le Goff, e o “retorno da história política” de Rémond, e seus críticos, são a intensidade e o grau de contato da história política com as ciências sociais. Não perdendo de vista as disputas acadêmicas entre Sciences Po, Paris X e Paris I, e mesmo as disputas de diferentes concepções de história- ciência.

No sentido de se recusar a fatiar o objeto político, Pierre Rosanvallon defende a *história conceitual do político*, tentando tomar as distâncias da história política tradicional e da história das idéias políticas, para tentar “*pensar em bloco o político como lugar da ação da sociedade sobre ela mesma*”. (ROSANVALON, 1996:33-36) Considerando que na esfera política se dá a articulação social, sua representação, sendo assim possível identificar nexos históricos em torno das racionalidades de organização política e social.

Esse importante debate historiográfico que se estendeu pelo século XX, e as mudanças epistemológicas das ciências sociais que afetaram a história, mostram que não houve um abandono completo do objeto político por parte da história, como às vezes é imputado aos *Annales*. Seu combate era menos ao objeto político do que a uma determinada concepção de história. Como bem indicou Rosanvallon, o declínio da história política tradicional e, por consequência, da história tradicional das elites políticas veio acompanhado pelo desenvolvimento de outros métodos e abordagens, como os estudos das mentalidades políticas, das culturas políticas, além da marcante influência da sociologia política. (Op. Cit.,:19)

Assim, para uma renovação da história política e das elites políticas não é possível repetir o velho historicismo e a narrativa tradicional, carentes de conceitualização e de uma capacidade analítica mínima. Mesmo que alguns detratores afirmem, pejorativamente, uma suposta volta do historicismo e da narrativa, não parece em nada com o seu ponto de partida. É impensável uma recuperação só política da

história política, e nem mais uma história laudatória das elites políticas. Nem sequer é possível uma compartimentalização, nem uma fragmentação fechada, os gêneros históricos provavelmente já não podem viver ilhados e incomunicáveis. É possível se fazer uma história interpretativa sem que isso não signifique um prejuízo da narrativa.

A noção de elites políticas, das ciências sociais a história

Antes de encontrar sua aplicação no campo da pesquisa histórica, a noção de elites políticas nasceu no seio de uma linha da sociologia política resolutamente oposta à visão marxista da história e a concepção do papel motor do proletariado e da luta de classes. As primeiras abordagens deslocam o centro da análise social e histórica, agora não mais a ação das “massas”, mas de “minorias sucessivas” consideradas como a origem do movimento histórico. Em torno dos desenvolvimentos de Vilfredo Pareto (1848-1923) e de Gaetano Mosca (1858-1951) se formou uma escola sociológica, depois histórica, que considera que, qualquer que seja a natureza do regime político, há sempre uma elite, uma minoria que governa, o que posteriormente vai ser formulado por Robert Michels como a “*lei de ferro das oligarquias*”.⁹

Os primeiros desenvolvimentos da chamada “teoria das elites” tem por ponto de partida uma crítica das análises marxistas do Estado e do poder. Se para Marx, a dominação política é a consequência da dominação econômica da classe que detém os instrumentos de produção, já para os partidários da teoria das elites, é o exercício do poder ou, ao contrário, a submissão de fato a autoridade política, que define os diferentes grupos sociais. A “teoria das elites” contesta, em efeito, o postulado marxista da primazia do econômico sobre o político, recusando que a análise dos fenômenos sociais provenha da força econômica, deslocando a dominação política para o centro de sua abordagem.

A teoria clássica das elites é também uma ideologia normativa que em nome de um realismo, defende a hierarquia, a ordem, e a noção de excelência. A idéia subjacente é que as elites políticas são, por natureza, compostas de indivíduos mais aptos a governar, de acordo com suas competências e suas qualidades. A prova de sua

⁹ Ver: Vilfredo Pareto, *Tratado de sociologia geral* (primeira edição de 1916); Gaetano Mosca. *Elementi di scienza politica*.(primeira edição de 1896) ; Robert Michels. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB, 1982, (primeira edição de 1911).

excelência reside, para esses autores, precisamente na posição dominante desses grupos (LEFERME-FALGUIÈRES; VAN RENTERGHEM, 2000:58). Muito naturalmente, esta teoria acompanhou uma visão cíclica da história, considerada como trabalho exclusivo das minorias ativas, uma minoria substituindo a outra, e a sucessão dessas minorias formando o movimento histórico

Apesar destes pressupostos ideológicos, terem sido abundantemente criticados, os sociólogos que são inspirados na teoria das elites, ao início do século e até os anos 1950, têm aberto algumas das vias tomadas em seguida pelos historiadores. Como exemplo, a questão da renovação e da circulação das elites políticas. Pareto se interessou nas leis de chegada ao governo, sua manutenção e sobre o declínio das elites. Para ele a circulação permanente era só uma garantia das elites, que poderia, assim, evitar o seu declínio. Gaetano Mosca se interessou ao princípio da legitimidade do poder, as instâncias legitimadoras, e ao aspecto ideológico de manutenção da elite dirigente no poder, ou seja, a “fórmula política” que assegura a perenidade de seu poder (GRYNSZPAN, 1999). Esses dois aspectos têm constituído pistas importantes de pesquisa para o historiador das elites políticas.

Mais recentemente, dois tipos de análises sociológicas das elites políticas são desenvolvidas: uma abordagem estrutural, preocupada em captar as características comuns aos diferentes tipos de elites; e uma abordagem funcional que tem favorecido os estudos categoriais, com a idéia de uma diversidade de elites e a busca dos critérios de pertencimento a estes diferentes grupos. Estas problemáticas e pistas de pesquisa se encontram na aplicação, tanto controversa quanto produtiva, da noção de elites políticas ao campo da pesquisa histórica.

O conceito de elites políticas na história ou a dolorosa adaptação do conceito

A teoria das elites encontrou seu prolongamento natural, primeiramente, na história política tradicional da *Escola Metodica* e na sua ênfase nos “grandes homens”, que viam a história como a sucessão de ações de uma minoria, extremamente reduzida numericamente, de homens “notáveis”, e de “gênios”. Ela igualmente influenciou algumas linhas da biografia histórica. A mudança epistemológica promovida pela *Escola dos Annales*, a partir dos anos 30, abriu um novo campo de investigação a

história gerando um relativo distanciamento de toda uma geração de historiadores das preocupações mais diretamente políticas na história.

A recuperação do político trouxe de volta a atenção para as elites, as que se reconhece como sujeitos ativos capazes de influenciar no devir histórico, sem que isso signifique voltar a velha história das elites dinâmicas frente as massas inertes. Entretanto, esse perigo permanece. O interesse pelas elites não é o resultado de uma elaboração teórico-conceitual, senão o produto de uma crise, do abandono de tópicos e do desejo de se aprofundar no estudo das realidades que antes se depreciavam ou se davam por supostas. A carência de conceitos analíticos desenvolvidos o confirma, e reclama um esforço para cobrir essas lacunas.

Entretanto, longe de desaparecer, a história das elites políticas encontrou um segundo sopro de vida com a impulsão da prosopografia que renovou seus métodos e suas problemáticas. Se a prosopografia se inscreve no campo da história social tanto quanto na da história política, ela se interessa, em primeiro lugar, pelas categorias sociais próximas do que os sociólogos descrevem como “elites”. Estas pesquisas exaustivas (coleta de informações biográficas seriais sobre grande conjunto de indivíduos) existiriam desde o século XIX, mas elas têm conhecido um novo impulso nos anos 1970 graças à informática. (NABONNAND; ROLET, 2011)

Apesar do dinamismo da prosopografia e dos estudos quantitativos, os estudos de elites políticas atravessaram um período de desconfiança por parte dos historiadores. O problema maior da aplicação da noção de elites políticas para a pesquisa histórica era a dificuldade que consiste em definir de forma clara e definitiva as elites políticas como um objeto histórico. Como exprime Giovanni Busino:

a análise histórica mostra claramente que o conceito não se aplica a nenhuma realidade histórica precisa, e que de outra forma ele pode se referir simultaneamente a duas forças sociais extremamente diferentes e seguidamente contraditórias”; “nem o ganho, nem a riqueza, nem a profissão, nem o lugar ocupado numa hierarquia institucional, nem o estilo de vida, não permitem, em efeito, individualizar ou localizar uma elite”. Ou “a falta de características precisas de identificação pelo historiador, a teoria da elite permanece nebulosa e vaga (BUSINO, 1992:87-88).

O conceito de elites políticas é então, como as remarcas o parecem deplorar, inaplicável a investigação histórica? Esta desconfiança em torno da aplicação da história

do conceito de elites políticas, como bem coloca esse debate, mas também, e sobretudo, o retorno histórico nesse domínio de estudos¹⁰, testemunham que o conceito de elites políticas pode se afirmar uma ferramenta eficaz para a pesquisa histórica. É preciso, entretanto, preliminarmente definir o contorno e aceitar a necessária heterogeneidade: a noção, importada da sociologia política, não é operatória na história que tem a condição de não pressupor a existência de um grupo unitário e homogêneo. Fala-se então mais de elites, no plural, do que na elite, singular. (CHARLE, 2006)

Interessante exemplo de enriquecimento do ir e vir dos conceitos entre a história e a sociologia, são os trabalhos fundadores de Pierre Bourdieu e de Norbert Elias sobre o conceito de *habitus*.¹¹ A análise ultrapassa então o campo das particularidades econômicas ou da ação política das elites e se focaliza sobre a dimensão simbólica, juntando por esse viés o estudo dos discursos legitimadores. O estudo sociológico se interessa neste quadro as práticas e aos comportamentos portadores da distinção social: isto no que a elite se dá a ver como um grupo distinto do resto da sociedade e cujo um dos elementos para os quais ela se define ela mesma como elite.

O estudo sociológico e histórico que consiste em compreender como são utilizados o capital simbólico e o capital cultural nas estratégias de distinção e reprodução – pelo o que se junta às antigas problemáticas, sempre atuais, da renovação das elites ou sua manutenção numa posição dominante – conduziu a se interessar por outros tipos de elites além dos simples grupos dirigentes. Mas ela permitiu também uma renovação interna da abordagem histórica das elites – com o retorno aos métodos de análise textual, a dimensão simbólica foi mais implícita que outros aspectos, que é às vezes acompanhado de uma desconfiança pelas abordagens quantitativas e a prosopografia, em senso restrito.

A cada momento historiográfico corresponde assim uma nova abordagem da noção de elites políticas. É preciso ter em conta essa densidade historiográfica para abordar uma noção que poderia parecer, a primeira vista, evidente. Definir a noção de elites políticas para fazer um conceito histórico operatório não depende somente de si e

¹⁰ Um número importante de trabalhos de história é consagrado as elites; o catálogo informático da biblioteca universitária da Sorbonne conta mais de duas centenas de títulos recente, porque muitos são posteriores aos anos 1970. Constata-se mesmo uma renovação flagrante depois dos anos 1990.

¹¹ Ver: BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica Social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2008 ; ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro:Zahar, 2001.

necessita de algumas precauções metodológicas. Ela supõe notadamente estabelecer critérios viáveis e de olhar a questão sobre um ângulo dinâmico.

Qual abordagem prosopográfica? Do uso da prosopografia em história das elites políticas

O substantivo prosopografia apareceu no século XVI. Mas é desde a década de 1970 com a contribuição da informática e dos métodos quantitativos para a história que os investigadores centraram-se sobre essa abordagem. Às vezes cortejada por historiadores estudando uma categoria social determinada, às vezes desprezada como uma “*simples e estéril paixão de colecionador de borboletas*” (STONE, 1971). Claro que essa crítica de Stone, está muito mais relacionada a uma determinada apropriação da prosopografia muito mais ligada a genealogia, ou a uma abordagem carente de interpretação dos dados.

Cabe indagar ainda, se esse interesse se explicaria porque a prosopografia responde melhor a determinadas questões, atualmente, do que outras abordagens históricas? A rigor, esta hipótese parece relacionar-se a um determinado e limitado objeto da pesquisa prosopográfica, qual seja, a história das elites políticas, um campo abundante em fontes e informações biográficas, condição fundamental para um bom exercício prosopográfico.

Entretanto, cabe ressaltar que, “*a prosopografia não depende de biografias sem lacunas, o que levado ao limite não existe, mas pode limitar-se, em seu alcance, a determinadas características definidas pelo caráter da totalidade da pesquisa*” (STONE, 1971:53). A prosopografia exige de fato pouco interesse biográfico, no sentido estrito do termo. A prosopografia e a biografia tratam de questões e interesses diferenciados que, paralelamente, dão a ambas sua legitimidade. Enquanto a biografia visa o indivíduo; o interesse da prosopografia é o conjunto, a totalidade, constantemente considerando o indivíduo nas suas relações de conjunto.

As definições de prosopografia são múltiplas, mas um elemento comum a quase todas as definições é a análise do indivíduo em função da totalidade da qual ele faz parte. O método consiste em estabelecer um universo de análise, formular uma série uniforme de perguntas, combinar a informação obtida, relacioná-las, cruzá-las e

examiná-las, buscar variáveis significativas, situá-las no contexto de suas correlações internas e suas relações com outras formas de conduta ou ação. Oferece respostas muito completas e heterogêneas que oferecem multiplicidade de causalidades e interpretações.¹²

É importante alertar a importância de se estudar os grupos evitando todo o tipo de coisificação, ou seja, de considerá-los como algo bem definido, homogêneo (eliminar assimilações abusivas) e imóveis no tempo (recuperar a dimensão temporal). Não se podem generalizar as características de uns poucos indivíduos a todos do seu grupo, porque não é admissível supor que todos ou a maioria de seus componentes sejam similares em todos os aspectos (objetivos e subjetivos). Tão necessário é o exame individualizado e das relações interpessoais, como a análise geral sobre as classes sociais. A prosopografia pode ser uma via eficaz para evitar estes problemas.

Parece ser impossível dissociar a prosopografia do uso que dela se pode fazer. Como ressalta Charle (2001) ela não possui um fim em si mesmo, ela é uma ferramenta que permite, não somente tornar mais precisa, como renovar algumas perspectivas. A prosopografia não é uma descrição dos aspectos externos, senão a interpretação das relações internas de um sujeito coletivo.

Entre os riscos que se por apontar para a empresa prosopográfica, os mais importantes são: o predomínio do *Homo Politicus* pelo excesso documental e o obscurecimento dos aspectos familiares, afetivos, mentais e culturais; e o risco do pessimismo antidemocrático de que toda a mudança social se esgota na substituição de uma elite interessada e ambiciosa por outra igual, reduzindo a política a uma relação de clientela (SOTO, 1994). Ao mesmo tempo, outra crítica importante, é que os historiadores que utilizam o método prosopográfico têm contribuído a desenvolver esse tipo de pesquisa, apesar do silêncio relativo às fontes das categorias da população menos favorecidas: camponeses, marginais, mulheres, etc.

¹² Sobre prosopografia, para além das citações do corpo deste texto ver: CHARLE, Christophe. Prosopography (Collective Biography) In: *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, Oxford, Elsevier Science Ltd, 2001, vol. 18, p. 12236-12241. ; VERBOVEN, Koenraad ; CARLIER, Myriam ; DUMOLYN, Jan. *A short manual to the art of prosopography*. In: KEATS-ROHAN, K.S.B. *Prosopography Approaches and Applications. A Handbook*. Prosopographica et Genealogica 13, Oxford, 2007.; JOLY, Hervé. *De la sociologie à la prosopographie historique des élites : regards croisés sur la France et l'Allemagne*. Memoire de synthèse présenté pour l'habitation à diriger de recherches. EHESS, 2008. ; FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: algunas aproximaciones. *Antíteses*, Vol.3, n.5, Jan.-Jun. 2010, p. 529-550.

Em corolário, a prosopografia introduziu nas pesquisas históricas sobre as elites uma dimensão sociológica marcada, quando se trata, pela análise de séries de dados, de estudar o indivíduo em função da totalidade, de lhe inscrever no grupo e de definir, a partir das somas dos indivíduos, os grupos sociais aos quais eles pertencem. Assim, entende-se que os resultados da prosopografia, apesar das críticas e de seus riscos, podem

ajudar a superar velhas tensões, articular o individual e o coletivo, o local com o geral, as atitudes individuais com as leis gerais, equilibrar o mito dos líderes com a teoria da determinação social, avalia os possíveis excessos da teoria da modernização, introduzindo elementos narrativos e dando lugar a certo relato histórico (SOTO, 1994:47).

Dessa forma, coincide com a nova proposta da história política e das elites políticas, já que pretende recuperar o sujeito, explicar as transformações sociais não por determinismos cegos, mas por atitudes conscientes e ativas, se interessa pela história do poder e pelo Estado como cenário onde se movem parte importante das suas forças.

A adoção do método prosopográfico não é questão de preferência, senão de efetividade. O que resulta é a identificação do indivíduo e as formas como se articula com o tecido social. Apesar da heterogeneidade, uma nova concepção de prosopografia se formou nos últimos quinze anos (LEMERCIER, 2008). O acento colocado sobre a história social e sobre o caráter interdisciplinar da historiografia moderna e suas tentativas de estabelecer um diálogo com as outras disciplinas das ciências humanas sem dúvida contribuiu para o seu sucesso. O que trouxe a prosopografia à tona foi menos uma atitude pessimista do que um redirecionamento mais acentuado ao papel do homem – e não dos “grandes homens” – na história, percepção que também estava presente no início da história das mentalidades, da vida cotidiana, etc. As técnicas modernas de processamento de dados e sua crescente acessibilidade e disponibilidade também contribuíram para este desenvolvimento.

Assim, entende-se que a prosopografia, sendo apenas mais um aporte entre outros, ajuda a superar uma carga negativa que é imputada ao “retorno” da história política e das elites políticas, qual seja, a falta de idéias e de conceitos, a chamada *história débil*. É indispensável que o historiador político conheça as teorias mais importantes da ciência política, da sociologia política e da antropologia política. De

fato, as vias de reforma que se abrem hoje procedem de influxos de ciências afins, sua abertura e comunicação são indispensáveis.

Hoje, quando diversas ciências sociais vizinhas estão derrubando fronteiras, não podemos conservá-las dentro da história. Negar espaço ao um “retorno” da história política e das elites políticas, é eliminar um elemento essencial da história; é necessário revalorizar essa agenda de pesquisa e fazê-la relevante.

Referências Bibliográficas

BOUDON, Raymond; BORRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

BURGUIÉRE, André. *Annales. ESC*. Novembro-Dezembro, 1979.

BOURDÉ, Guy ; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris : Seuil, 1997.

BUSINO, Giovanni. *Élites et élitisme*. Chapitre IV: recherches historiques sur les élites. Paris, 1992. (Que sais-je ?)

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARLE, Christophe. Prosopography (Collective Biography) In: *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, Oxford, Elsevier Science Ltd, 2001, vol. 18, p. 12236-12241.

CHAUNU, Pierre. Histoire, science sociale: la durée, l'espace et l'homme. *Historiens et Géographes*, Février, 1974.

DÉLOYE, Yves. *Sociologie historique du politique*. Paris: Seuil, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris : Armand Colin Éditeur, 1992.

GRYNSZPAN, Mário. Ciência, política e trajetórias sociais: *uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

LANGLOIS, C. V. ; SEIGNOBOS, C. *Introduction aux études historiques*. Paris: Haquette, 1987.

LEFERME-FALGUIÈRES Frédérique ; VAN RENTERGHEM, Vanessa. Le concept d'élites. *Approches historiographiques et méthodologiques. Hypothèses* 2000/1, p. 55-67.

LE GOFF, Jacques. L'histoire politique est-elle toujours l'épine dorsale de l'histoire ? In : *L'Imaginaire médiéval*. Paris : Gallimard, 1985.

LEMERCIER, CLAIRE. *Méthodes quantitatives pour l'historien*. Paris : La Découverte, 2008.

NABONNAND, Philippe ; ROLET, Laurent. *Biographie e prosopographie*. Nancy: Presse Universitaires de Nancy, 2011.

RÉMOND, René. *Pour une histoire politique*. Paris : Seuil, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). *História*, São Paulo, 15:27-39, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. *Avaliação e perspectivas da área de Ciência Política*. Brasília, abril, 1977. Relatório preparado pelo Comitê Assessor em Ciências Sociais do CNPq. Disponível em:<http://www.schwartzman.org.br/simon/cpolitica.htm> Acesso em 15/08/2008.

SOTO, Pedro Carasa et all. *Elites: prosopografía contemporânea*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1994

STONE, Lawrence. 'Prosopography', *Daedalus* . Vol.100, número 01, p. 46-79,1971.